

ATA NÚMERO 381/XII/4.^a SL

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2015, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.^a (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.
2. Informação sobre a Proposta de Lei n.º 166/XII/2.^a (ALRAA) – Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.
3. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 790/XII/4.^a (ILC) - Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
[Parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].
4. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 900/XII/4.^a (PS) -
Procede à Revisão do Enquadramento Jurídico da atual Direcção-Geral de Protecção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
5. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.^a (GOV) -
Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

6. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 915/XII/4.^a (PCP) - Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
7. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 927/XII/4.^a (PS) - Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, clarificando o conceito de prestações de serviços médicos e sanitários.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP.
8. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.
9. Distribuição de iniciativas europeias.
10. Apreciação do pedido feito pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares.
11. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Simplificação e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem (altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro).
12. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.^a (GOV) - Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015.
13. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 957/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, alargando o âmbito da dedução das despesas de saúde.
14. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à audição da Ministra de Estado e das Finanças sobre o benefício fiscal concedido ao Novo Banco relativo à transferência de ativos do BES para o Novo Banco no âmbito da aplicação da medida de resolução.

15. Informação sobre o processo de apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª.
16. Informação sobre o processo de apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 321/XII/4.ª.
17. Definição do procedimento para audições respeitantes à designação de membros de entidades reguladoras.
18. Outros assuntos.

15:00

Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) – Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014:

15h00 Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P

16h00 Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública

-
1. **Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.ª (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.**

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) declarou que o PSD aceita as audições propostas pelo PS, dispensando a audição do Governo. O Senhor Deputado João Galamba (PS) afirmou não dispensar essa mesma audição. O Senhor Presidente sugeriu então ponderar a audição do Governo após a realização das audições já aceites.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) nada tem a opor às audições, mas sugere que o ritmo da discussão desta iniciativa seja adequado à complexidade e tamanho da mesma, e que, se possível, as audições se realizem apenas na semana que se inicia a 8 de junho. O Senhor Presidente recordou que a Conferência de Líderes fixou 16 de julho como a data para o fim dos trabalhos parlamentares nesta sessão legislativa e que, desde que de acordo com este limite, o ritmo será o adequado. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) corroborou o exposto pelo Senhor Presidente, que esclareceu que será proposta uma data para as audições.

2. Informação sobre a Proposta de Lei n.º 166/XII/2.ª (ALRAA) – Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.

O Senhor Presidente deu conta do parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a [Proposta de Lei n.º 166/XII/2.ª \(ALRAA\)](#).

**3. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 790/XII/4.ª (ILC) - Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
[Parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].**

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) como autora do parecer da Comissão sobre o [Projeto de Lei n.º 790/XII/4.ª \(ILC\)](#).

**4. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 900/XII/4.ª (PS) - Procede à Revisão do Enquadramento Jurídico da atual Direcção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

O Grupo Parlamentar do PSD declarou que indicaria mais tarde o autor do parecer da Comissão sobre o [Projeto de Lei n.º 900/XII/4.ª \(PS\)](#).

5. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.ª (GOV) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central,

regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) como autora do parecer da Comissão sobre a [Proposta de Lei n.º 333/XII/4.ª \(GOV\)](#).

6. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 915/XII/4.ª (PCP) - Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD

O Grupo Parlamentar do PSD declarou que indicaria mais tarde o autor do parecer da Comissão sobre o [Projeto de Lei n.º 915/XII/4.ª \(PCP\)](#).

7. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 927/XII/4.ª (PS) - Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, clarificando o conceito de prestações de serviços médicos e sanitários.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP indicou o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) como autor do parecer da Comissão sobre o [Projeto de Lei n.º 927/XII/4.ª \(PS\)](#).

8. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião.

9. Distribuição de iniciativas europeias

Foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

[COM\(2015\)271 - RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2015 de Portugal e que formula um Parecer do Conselho sobre o Programa de](#)

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

[Estabilidade para 2015 de Portugal](#) – a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) foi nomeada autora do relatório da Comissão.

[COM\(2015\)251 - RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre a aplicação das orientações gerais para as políticas económicas dos Estados-Membros cuja moeda é o euro](#) – foi nomeado autor do relatório a efetuar pela Comissão o Senhor Deputado João Galamba (PS)

11. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Simplificação e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem (altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro)

A redação final do [Projeto de Lei n.º 826/XII/4.^a \(PSD/CDS-PP\)](#) foi fixada sem votos contra, registando-se a ausência do BE, tendo sido aceites as sugestões da DAPLEN.

Deliberou a Comissão, todavia, não aceitar a sugestão de redação para o n.º 22 do artigo 14.º da Lei n.º 23-A/2015, constante do artigo 5.º do projeto de decreto.

12. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.^a (GOV) - Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015.

A redação final da [Proposta de Lei n.º 316/XII/4.^a \(GOV\)](#) foi fixada sem votos contra, registando-se a ausência do BE, tendo sido aceites as sugestões da DAPLEN.

Deliberou a Comissão, todavia, não aceitar a sugestão de redação para o artigo 1.º do projeto de decreto, para a epígrafe do artigo 36.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, constante do artigo 3.º do projeto de decreto, e para a alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, constante do artigo 3.º do projeto de decreto.

13. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 957/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, alargando o âmbito da dedução das despesas de saúde

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A redação final do [Projeto de Lei n.º 957/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) foi fixada sem votos contra, registando-se a ausência do BE, tendo sido aceites as sugestões da DAPLEN.

O Senhor Presidente propôs que os pontos que faltam fossem adiados para a próxima reunião.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) manifestou a sua vontade de discutir o ponto 17 da ordem do Dia, ao que o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) retorquiu que, havendo tempo, deve seguir-se a Ordem do Dia sequencialmente. O Senhor Presidente sugeriu que os GP's pudessem ponderar o ponto 17 para a próxima reunião.

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) levantou a questão de prescindir da audição da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, relativamente ao Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª (PSD/CDS-PP), após o adiamento verificado esta semana, e dado que não lhe seria possível comparecer. O Senhor Presidente recordou que a audição já se encontra marcada e que, se for necessário, poderá haver ajustamento quanto ao horário ou a gestão dos Senhores Deputados presentes ser efetuada de outra forma.

Neste momento, interrompeu-se a sequência da Ordem do Dia, para passar às audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV).

15:00

Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) – Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.

15h00 Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P

16h00 Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública

O Senhor Presidente reiniciou de seguida os trabalhos, dando as boas vindas ao Diretor do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (INCI), Dr. Fernando Silva, e à sua equipa, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a reunião no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) – Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.

O Dr. Fernando Silva efetuou uma alocução inicial relacionada com a iniciativa legislativa em causa, após o que o Senhor Presidente da Comissão passou, de imediato, a palavra aos Grupos Parlamentares.

Em sede de primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Rui Barreto (CDS-PP), tendo o Dr. Fernando Silva usado da palavra para responder, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, usou da palavra o Senhor Deputado José Magalhães (PS), tendo o Dr. Fernando Silva intervindo para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu as informações e os esclarecimentos prestados pelo Dr. Fernando Silva, após o que deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

De seguida, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Diretor Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), Dr. Jaime Quesado, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a reunião no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) – Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.

O Dr. Jaime Quesada efetuou uma alocução inicial relacionada com a iniciativa legislativa em causa, após o que o Senhor Presidente da Comissão passou, de imediato, a palavra aos Grupos Parlamentares.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Em sede de primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Rui Barreto (CDS-PP), tendo o Dr. Jaime Quesado usado da palavra para responder, individualmente, às questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu as informações e os esclarecimentos prestados pelo Dr. Jaime Quesado da ESPAP, após o que deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

Não sendo suscitados outros assuntos, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.

A reunião foi encerrada às 17:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de maio de 2015

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Nuno Reis
Paulo Sá
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
Maria José Moreno
Rui Barreto
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles
Isabel Santos
José de Matos Rosa
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco